RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

Relatório de acompanhamento sobre as metas do projeto

2021

ibict
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
UNIDADE DE PESQUISA DO MCTI

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro
Presidente da República
Hamilton Mourão
Vice-Presidente da República

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Marcos Cesar Pontes
Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Cecilia Leite Oliveira
Diretora

Reginaldo de Araújo Silva
Coordenação de Administração – COADM

Gustavo Saldanha
Coordenação de Ensino e Pesquisa, Ciência e Tecnologia da Informação – COEPE

José Luis dos Santos Nascimento
Coordenação de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação – COPAV

Anderson Itaborahy
Coordenação-Geral de Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos – CGNP

Bianca Amaro de Melo
Coordenação-Geral de Pesquisa e Manutenção de Produtos Consolidados – CGPC

Tiago Emmanuel Nunes Braga
Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática – CGTI

Milton Shintaku
Coordenação de Tecnologias para Informação – COTEC

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO

Relatório de acompanhamento sobre as metas do projeto

Coordenação de Tecnologias
para Informação (COTEC)
Brasília
2021

© Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – Ibict, 2021

EQUIPE TÉCNICA

Diretora do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Cecilia Leite Oliveira

Coordenador-Geral de Tecnologias de Informação e Informática – CGTI
Tiago Emmanuel Nunes Braga

Coordenador do Projeto
Milton Shintaku

Pesquisadores
Deise Maria Antonio Sabbag
Fernanda Maciel Rufino
Fernando de Jesus Pereira
Jaqueline Rodrigues de Jesus
Mirele Carolina Souza Ferreira Costa
Priscila Rodrigues dos Santos
Raíssa da Veiga de Menêses
Renata Monteiro Rodrigues
Rosilene Paiva Marinho de Sousa
Victor Ramos Silva

Revisão
Flavia Karla Ribeiro Santos
Rafael Teixeira de Souza

Normalização
Fernanda Maciel Rufino
Ingrid Torres Schiessl

Diagramação e projeto gráfico
Victor Ramos Silva

R382 Relatório de acompanhamento: relatório de acompanhamento sobre as metas do projeto / Deise Maria Antonio Sabbag ... [et al.] Brasília: Ibict, 2021.

21 p.

1. Sistemas de informação. 2. Tecnologia da Informação. 3. *Software* livre. 4. Biblioteca Digital. 5. OMP. 6. Tesauros. I. Rufino, Fernanda Maciel. II. Pereira, Fernando de Jesus. III. Jesus, Jaqueline Rodrigues de. IV. Costa, Mirele Carolina Souza Ferreira. VI. Santos, Priscila Rodrigues dos. VII. Menêses, Raíssa da Veiga de. VIII. Rodrigues, Renata Monteiro. IX. Sousa, Rosilene Paiva Marinho. X. Silva, Victor Ramos. XI. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência da Informação.

CDU 347.78(81)

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Maciel Rufino CRB1/3064

Este Relatório de Parcial é um produto do Projeto Estudos para implementação de Repositório Institucional na Biblioteca Terezinha Ayres Costa.
Ref. Processo SEI Nº 01302.000479/2018-80 (Processo de Contratação)
Ref. Processo SEI Nº 01302.000437/2020-63 (Processo de Execução)
Ref. FUNDEP - 28139

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia ou do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 Introdução 06

2 Objetivos 08

2.1 Objetivo Geral 08

2.2 Objetivos Específicos 08

3 Resultados 09

3.1 Biblioteca Digital 09

3.1.1 Tecnologias Utilizadas na Biblioteca Digital da ANVISA 10

3.1.2 Organização da Biblioteca Digital 12

3.1.3 Política da Biblioteca Digital 13

3.1.4 Direitos Autorais e a Biblioteca Digital 14

3.2 Sistema de Tesauros 15

3.2.1 Tecnologia Utilizada no Sistema de Tesauros 16

3.2.2 Sobre a Terminologia 16

3.3 Sistema de Editora da ANVISA 17

3.3.1 Tecnologia Utilizada no Sistema de Editoração de Livros 18

4 Considerações Finais 19

1 Introdução

A rápida adesão aos documentos digitais e a alguns instrumentos voltados à transparência das atividades da administração tem impactado fortemente os órgãos governamentais. Em particular, as atividades relacionadas à gestão da informação no governo enfrentam desafios em adaptar-se a esse novo cenário, visto que há questões legais envolvidas, requerendo apoio de especialistas para algumas implementações, como as Bibliotecas Digitais, que se ocupam da disseminação de sua memória técnica.

Geralmente, o governo, em todas as esferas e poderes, é um grande gerador de dados e informações, constituídos, em parte, de documentação técnica que nem sempre fica disponível para a população ou mesmo para o próprio órgão produtor. Desse modo, relatórios, guias, manuais, entre outros registros, são perdidos devido à inexistência de um sistema de informação dedicado a essa documentação. Nesse contexto, as Bibliotecas Digitais assumem esse papel, tanto que grande parte dos órgãos, principalmente os jurídicos e legislativos federais, possuem esses sistemas.

Assim, em setembro de 2020, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) firmou um projeto de pesquisa, por meio do Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 06/2020, com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), que tem como objeto "Estudos para Implementação de Repositório Institucional (RI) da Anvisa". Com esse projeto, o Ibict, enquanto instituto de pesquisa especializado em sistemas de informação, apoia a Anvisa, grande produtora de documentação técnica, a implementar a sua Biblioteca Digital.

Nesse caminho, as metas traçadas para implementar a Biblioteca Digital são:

a. realização de estudos voltados ao desenvolvimento, à avaliação e aprovação da política do RI;
b. realização de estudos voltados ao desenvolvimento, à avaliação e aprovação da política editorial da Anvisa;
c. realização de estudos voltados ao desenvolvimento de vocabulário controlado nos temas de atuação, disponibilizado em sistema de informação;

d. repasse de tecnologia à equipe da Anvisa;
e. realização de estudos voltados à confecção do termo de cessão de direitos dos documentos a serem depositados no RI da Anvisa;
f. implementação de todos os estudos no RI da Anvisa.

Como em todo projeto de pesquisa, essas metas se apresentam como proposta, que podem ser ajustadas aos resultados obtidos durante a execução das atividades ou mesmo às orientações da Anvisa. O mais importante, em projetos de pesquisa, é o cumprimento do objeto, sendo que todas as metas devem apoiar a sua realização. Essa flexibilidade é necessária em projetos de pesquisa, na medida em que suas atividades são geridas pelos resultados de estudos e pelas orientações da Anvisa.

2 Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Relatar o andamento do projeto, as atividades desenvolvidas e os principais resultados.

2.2 Objetivos Específicos

a. Apresentar o andamento do projeto;
b. Apresentar os resultados já alcançados;
c. Apresentar as atividades previstas.

3 Resultados

O projeto de pesquisa firmado entre a Anvisa e o Ibict espera atingir os seguintes resultados:

a. desenvolvimento, aprovação e disseminação interna da política do RI da Anvisa;
b. desenvolvimento, aprovação e disseminação da política editorial da Anvisa;
c. colocação da plataforma tecnológica do RI em operação na infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação da Anvisa;
d. colocação do sistema eletrônico de editoração de publicações em operação na infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação da Anvisa;
e. desenvolvimento, aprovação e disseminação interna do vocabulário controlado (tesauro da Anvisa);
f. capacitação da equipe da Anvisa para uso e operação do RI;
g. implementação total da metodologia de operação do RI;
h. repasse técnico e tecnológico;
i. disponibilização do acervo digital da Anvisa no RI;
j. desenvolvimento de termos de uso e cessão de direitos das obras publicadas pela Anvisa a serem depositadas no RI, com o apoio de consultoria específica;
k. apoio à curadoria das obras a serem depositadas no RI.

Para tanto, o Ibict tem desenvolvido estudos, com orientação da Anvisa, na implementação de três sistemas de informação: 1) Biblioteca Digital; 2) Tesauros da Anvisa e; 3) Sistema da Editora da Anvisa. Desses estudos, resultam documentações técnicas, que correspondem a uma forma de apoio e repasse de tecnologia, pois um sistema de informação transcende a ferramenta informatizada usada, incluindo políticas, métodos e outros aspectos.

3.1 Biblioteca Digital

O principal sistema de informação a ser implementado pelo projeto de pesquisa é a Biblioteca Digital da Anvisa, voltado a gerir a produção técnica e científica da agência, tanto que, o objeto do TED tem relação direta com esse

sistema, assim como a maioria das metas. Nesse sentido, vários estudos estão sendo efetuados em paralelo para a sua implementação, pois envolve questões técnicas, tecnológicas e organizacionais.

3.1.1 Tecnologias Utilizadas na Biblioteca Digital da Anvisa

Para a criação da Biblioteca Digital da Anvisa, foi utilizado o *software* livre DSpace, mantido pela organização sem fins lucrativos DuraSpace, a ferramenta mais utilizada para esse fim. O DSpace é uma tecnologia complexa, mas altamente flexível na implementação de sistemas de informação voltados à gestão da informação, como as bibliotecas digitais, os repositórios, os bancos de informações etc.

Assim, provisoriamente, foi instalado um DSpace na versão 6, a mais atual, no ambiente computacional do Ibict,. Essa instalação seguiu as recomendações que visam facilitar a migração para o ambiente computacional da Anvisa, com cópia dos programas fontes em sistema GIT do Ibict. Por ser um *software* livre com muitas instalações, há uma grande quantidade de documentação sobre a ferramenta.

A customização da Biblioteca foi adaptada à finalidade e à implementação de *layout*. As customizações com vistas a adaptar o DSpace para ser a Biblioteca Digital da Anvisa tem relação direta com o comportamento da ferramenta e, geralmente, é feito apenas uma vez, pois, em muitos casos, volta-se ao ambiente. Assim, quando o sistema for migrado para o ambiente computacional da Anvisa, será feito novamente.

O *layout*, por sua vez, possui aspectos de maior complexidade, visto que é único e altera a aparência do sistema. Com isso, o *layout* da Biblioteca Digital da Anvisa pode ser dividido em sete partes, conforme as funcionalidades do sistema: 1) Cabeçalho; 2) Menu de navegação; 3) Destaques; 4) Área de Atuação; 5) Área temática; 6) Navegação; e 7) Rodapé. O *layout* da Biblioteca Digital seguiu a identidade visual da Anvisa.

ITEM	OBSERVAÇÃO
	O cabeçalho segue o padrão do governo, incluindo a implementação de acessibilidade conforme as orientações do Acessibilidade do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG).
	O menu de navegação oferta acesso ao acervo, podendo apresentar outras opções, como atalhos e páginas estáticas.
	A área de atuação tem relação com a organização da Biblioteca Digital, baseada na cadeia de valor da Anvisa. Por essa área é possível navegar pela produção, conforme a atuação.
	A área temática cria uma organização temática do acervo, possibilitando navegar por temas atendidos tradicionalmente na Anvisa.
	A navegação possibilita recuperar as informações por critérios de autoria, assuntos, data e tipos de documentos.
	O Rodapé segue o padrão da Anvisa, que, por sua vez, utiliza o mesmo padrão do governo.

Quadro 1 - As partes do *layout* da Biblioteca Digital
Fonte: Elaboração dos autores (2021)

Todas as alterações feitas foram documentadas e irão compor os relatórios de cumprimento da meta. O Ibict deve produzir documentação tecnológica sobre o DSpace, sua instalação e manutenção, quando a migração para o ambiente de homologação da Anvisa for feito. Esse processo atende à meta de repasse de tecnologia, na medida em que o projeto visa à criação de conhecimentos.

3.1.2 Organização da Biblioteca Digital

Em uma biblioteca tradicional com livros e outros documentos físicos, a organização dá-se em estantes e prateleiras, estabelecidas por meio de um sistema de classificação, geralmente padronizado internacionalmente, como a Classificação Decimal Universal (CDU) ou Classificação Decimal Dewey (CDD). Em bibliotecas digitais, por outro lado, não há padrão, visto que grande parte dos documentos depositados são chamados de primeira fonte, ou seja, não são cópias e são o único lugar de depósito.

Nesse sentido, surge um desafio na criação de uma taxonomia de organização da Biblioteca Digital, pois requer-se estudos sobre a produção de documentos técnicos para propor a organização e representação. No caso da Anvisa, foi utilizado como base a cadeia de valor da agência, que apresentava a sua produção de informações por área de atuação. Assim, pode-se fazer a relação das estantes de uma biblioteca física com as comunidades da Biblioteca Digital. Do mesmo modo, as prateleiras de uma estante seriam as coleções. Com isso, criou-se a taxonomia organizacional da Biblioteca Digital da Anvisa.

Nesse sentido, as comunidades criadas, assim como as coleções, seguiram a cadeia de valor no intuito de possibilitar o armazenamento de toda a produção técnica e científica da agência. Com isso, a primeira atuação da agência estaria ligada à Governança, com as coleções de Controle e Prestação de Contas Institucional e Planejamento e Desempenho Institucional. Logo, pode-se manter a documentação sobre governança da Anvisa na Biblioteca Digital, democratizando e preservando o seu acesso.

Figura 1 - Comunidades e coleções da Biblioteca Digital
Fonte: Captura de tela (2021)

A organização das comunidades e coleções possibilita estabelecer a estrutura da biblioteca. Para a representação, cabe definir os campos de metadados, que descrevem técnica e administrativamente os documentos, conforme a tipologia. Assim, as comunidades e coleções têm a finalidade de reunir os documentos por área de atuação, e a representação permite criar formas de agrupar artificialmente os documentos, por tipo, assunto, autor etc. De modo similar, a representação facilita a recuperação pela busca e por facetamento.

Em uma Biblioteca Digital, as comunidades e coleções oferecem a estrutura de armazenamento dos documentos, descritos a partir de metadados condizentes com sua tipologia. Com isso, todas as funcionalidades estão voltadas para a alimentação do acervo, com documentos digitais, e para recuperá-los, por meio de navegação ou ferramenta de busca. Facetamento e outros facilitam a descoberta de novos documentos pertencentes ao acervo.

3.1.3 Política da Biblioteca Digital

Um dos pontos de maiores estudos na implementação de uma Biblioteca

Digital é o estabelecimento de uma política de biblioteca. Assim como em uma biblioteca física, que possui normas, métodos e padrões, as Bibliotecas Digitais também as possuem, em forma de políticas, que orientam o seu funcionamento. Assim, as políticas de Biblioteca Digital é um documento em evolução, na medida em que vai se ajustando às necessidades e novidades do sistema.

O projeto de pesquisa está construindo as políticas conforme os resultados de pesquisas ocorrem. Assim, as políticas contemplam a organização e representação, orientações para alimentação, tipologia de documentos a serem contemplados na biblioteca, direitos autorais e proteção de dados pessoais, por exemplo. Essas políticas devem ser revistas de tempo em tempo para incluir ajustes necessários à evolução do sistema.

Alguns dos resultados dos estudos proporcionaram a publicação "Guia de Depósito na Biblioteca Digital da Anvisa", baseado na organização e representação utilizada na biblioteca, assim como a sua política, no que se refere à alimentação. Este guia apresenta um passo a passo das atividades no processo de depósito, para que possa ser estendido a todos os colaboradores da Anvisa.

Outros pontos importantes a serem contemplados na política tem relação com a Lei Geral de Proteção aos Dados Pessoais (LGPD) e as orientações de eMAG. Por ser uma Biblioteca Digital de um órgão governamental é preciso atender a todas as orientações de governo para sites e portais oficiais. A Biblioteca Digital da Anvisa assume a oficialidade de ser um sistema de informação de um órgão de governo, requerendo cuidados em atender a todos os critérios do governo.

As políticas da Biblioteca Digital são entregues em forma de documento, como cumprimento de metas pelo Ibict. Entretanto, uma boa prática é disponibilizá-la em completo propriamente na biblioteca, por meio de páginas estáticas, disponíveis no menu de navegação. Com isso, todos os usuários podem ter acesso às orientações que governam a biblioteca, à sua formação de acervo etc.

3.1.4 Política da Biblioteca Digital

Uma das maiores preocupações durante a implementação de uma Biblioteca Digital são questões legais ligadas aos direitos morais, autorais e patrimoniais, visto que os documentos pertencentes ao acervo são únicos. Nesse caso, a Biblioteca Digital assume um papel de publicação, ou publicização da informação, uma vez que grande parte do acervo é formado por documentos de primeira fonte.

As leis relacionadas aos direitos autorais são voltadas para a produção científica e artística, e em muitos casos não ampara a produção técnica ou administrativa. Os direitos autorais são inalienáveis, mas os direitos patrimoniais podem ser cedidos à Anvisa por meio de instrumentos jurídicos criados com embasamento legal.

As definições sobre direitos autorais compõem as políticas da biblioteca, mas os instrumentos são criados exclusivamente para a Anvisa, conforme duas situações. A primeira era voltada aos funcionários da agência, e a segunda, para os consultores AdHoc. Com isso, garante-se o direito de depósito na Biblioteca Digital de toda a produção técnica, artística e científica dos colaboradores da agência, sem que haja contestação posterior.

Os formulários de repasse dos direitos patrimoniais devem ser assinados, inclusive digitalmente, podendo ser depositados, junto aos documentos que fazem referência, na Biblioteca Digital. Outra opção é manter em sistemas como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e serem arquivados. Assina-se o documento digital no SEI, principalmente aos consultores AdHoc, e depois se deve depositá-lo na biblioteca. Em todo caso, tal ponto ainda não foi totalmente definido.

Para facilitar a discussão do tema, foi produzido o “Guia do Direitos Autorais”, contextualizando com a Anvisa. Tal documento técnico foi criado em formas de *Frequently Answering Questions* (FAQ), com as dúvidas e respostas mais comuns na discussão sobre direitos autorais. Essas publicações técnicas fazem parte da meta de transferência de tecnologia, deixando um legado à agência.

3.2 Sistema de Tesauros

Uma das metas a serem cumpridas no projeto tem relação com a criação de um sistema de tesauros para a Anvisa. Com isso, o projeto contribui na criação de um sistema de informação voltado para a gestão de um vocabulário controlado, que pode ser utilizado como base de termos autorizados para a agência. O apoio ofertado pelo projeto tem atuação técnica e tecnológica, como em todo sistema de informação.

3.2.1 Tecnologia Utilizada no Sistema de Tesauros

Para a implementação do sistema de tesauros foi utilizada a ferramenta livre TemaTres, principalmente pela sua simplicidade e flexibilidade em criar vários tipos de vocabulários controlados, podendo ser simples taxonomias ou protótipos de ontologias. A simplicidade do TemaTres tem relação com as tecnologias utilizadas no seu desenvolvimento, denominadas de LAMP (Sistema operacional Linux; Servidor de aplicação *Apache*; Gerenciador de banco de dados MySQL e Linguagem de programação PHP).

Conforme orientação da Anvisa, a instalação piloto do tesauros já foi migrada para o ambiente computacional de homologação da agência. Mesmo com esse processo terminado, o projeto ainda mantém apoio tecnológico ao *software*. Apesar de ser livre e ter documentação disponível na *internet*, mantemos apoio para dúvidas ou problemas.

Em vista disso, para facilitar a manutenção do TemaTres, o Ibict produziu o "Guia Tecnológico do *Software* TemaTres: o passo a passo para instalação, configuração e manutenção". Com ele, o projeto oferta à equipe de tecnologia da agência a gestão da ferramenta no ambiente da agência, como parte da meta de transferência de tecnologia.

3.2.2 Sobre a Terminologia

Os termos que compõem o acervo do tesauros da Anvisa também foram organizados conforme a cadeia de valor, com os meta-termos seguindo o padrão. Assim, procura-se atender a todas as áreas de atuação que produzem informação na agência e, além disso, fornecer os termos autorizados para os produtores e para a indexação da Biblioteca Digital.

Em reunião com equipes envolvidas no projeto, foi informado que havia outra equipe dedicada à construção do tesauros, mas seus componentes não tinham formação em biblioteconomia. Tal equipe passou uma lista de termos que foram padronizados e inseridos no tesauros pela equipe do Ibict. Como forma de apoiar essa equipe na construção do tesauros, foi criado o "Guia sobre a Construção de Tesauros", com insumos conceituais e técnicos e informações úteis na seleção e descrição de termos.

Para a equipe técnica da agência, foi desenvolvido o "Guia de inserção de termos no sistema de Tesauros da Anvisa: passo a passo para inclusão de termos no *software* Tematres". Com ele, atendem-se todas as equipes da Anvisa voltadas à implementação de um tesauros. Essa documentação técnica foi fruto dos estudos e levantamentos das equipes que devem atuar no sistema.

A inserção de termos no Tesauros da Anvisa está sendo feita com mediação, ou seja, os termos entram como candidatos, e após a aprovação eles passam a figurar no acervo. Outra recomendação orientada pela Anvisa é buscar termos no tesauros do Ministério da Saúde (MS). Nesse sentido, a meta já concluiu a fase de instalação, e a atividade de alimentação encontra-se próxima do fim, para que possa ser melhor avaliada.

3.3 Sistema de Editora da ANVISA

Na fase de estudo da produção de livros da Anvisa verificou-se que a agência é uma grande produtora de conhecimentos publicados neste canal. Assim, em levantamento das publicações que podem compor o acervo da Biblioteca Digital da Anvisa verificou-se que parte desse acervo é publicação solo, e outra parte foi publicada em parceria com universidades e outros órgãos. Entretanto, em análises sobre a estrutura das obras e sobre o atendimento às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), verificou-se que alguns livros não atendiam a todos os requisitos dispostos nas orientações da agência.

Em uma pequena amostra de 50 livros analisados, verificou-se que a grande maioria era publicada pela própria Anvisa, cerca de 82% dos livros, sendo a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) e o MS os parceiros mais frequentes. Assim, alguns problemas técnicos simples foram identificados,

como a falta do ano de publicação na capa em 77% dos livros analisados. Nenhum dos problemas levantados interferem na qualidade da obra, mas, por serem publicações oficiais da agência, o processo de produção poderia ser efetuado mais atentamente.

Como forma de atuar no processo, o projeto de pesquisa criou o "Guia de Publicação de Livros", apresentando todas as normas da ABNT voltadas à publicação das obras. Com isso, colabora-se com a melhoria da estruturação técnica dos próximos livros feitos pela Anvisa. Logo, projetos de pesquisa tendem a auxiliar na solução de problemas.

No âmbito do projeto, porém, sugeriu-se a implementação de um sistema de editoração eletrônica de livros para facilitar a normalização das obras na Anvisa. Tal sistema de informação poderia ser de responsabilidade da biblioteca ou da comunicação, visto que na estrutura organizacional não há unidade de editora.

3.3.1 Tecnologia Utilizada no Sistema de Editoração de Livros

Para a implementação do Sistema de Editoração de Livros selecionou-se o *software* livre *Open Monograph Press* (OMP), mundialmente utilizado para publicação de livros de acesso aberto, em sua grande maioria em universidades. Vários são os motivos para seleção dessa tecnologia, como a simplicidade da tecnologia, alto comprometimento da comunidade de usuários e a instituição importante que mantém o OMP, a Universidade de Stanford, nos Estados Unidos.

O OMP oferece funcionalidades voltadas ao gerenciamento do fluxo editorial de livros, desde a submissão dos manuscritos até a publicação, podendo apresentar vários formatos e dispor uma cópia digital para ser baixada gratuitamente. Assim, o OMP torna-se útil na produção de de livros, informatizando alguns processos e mantendo cópias dos manuscritos em todas as etapas da publicação, desde a submissão.

Para facilitar o uso do OMP, foi criado o "Guia para a Editora da Anvisa: o passo a passo para a gestão do fluxo editorial das publicações no *software* OMP. Com isso, orienta-se a equipe que irá cuidar da editora no uso do sistema, no fluxo

editorial. Cabe destacar que tal ação não está explícita no plano de trabalho, mas possui total aderência ao projeto.

4 Considerações Finais

Um projeto de pesquisa aplicado tem como objetivo resolver o problema existente e produzir conhecimentos. Assim, atua com estudos que visam atender a esses objetivos, amparado por estudos teóricos que garantem a eficácia dos resultados. Do mesmo modo, o Ibict prima pela transferência de tecnologia, com capacitações e produção de documentação técnica.

Nesse sentido, avanços estão sendo alcançados em todas as metas, com o valoroso acompanhamento da equipe da Anvisa, por meio das servidoras Tatiane Caetano e Leda Almeida. Os resultados iniciais revelam a necessidade de atuação do projeto não apenas na Biblioteca Digital, mas no atendimento do que margeia esse sistema de informação.

A criação de guias e outras documentações técnicas visa suprir a Anvisa de conhecimentos sobre os sistemas de informações envolvidos na pesquisa. Assim, contribui-se não apenas com a Anvisa, mas com outros órgãos governamentais em geral, que desejam adaptar os modelos criados para a agência na implementação de Bibliotecas Digitais a fim de disseminar sua memória técnica.

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÕES

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL